

Análise financeira e gestão de riscos no setor segurador

Intervenção do Presidente do ISP, Professor Doutor José Figueiredo Almacá, na Entrega de Diplomas do 11º Curso de Pós Graduação em Análise Financeira, da Porto Business School

Porto, 26 janeiro 2015

Excelentíssimas senhoras, excelentíssimos senhores, é com enorme prazer que participo neste jantar de encerramento e de entrega de diplomas da 11ª edição do Curso de Pós Graduação em Análise Financeira da Porto Business School.

Permitam-me que comece por dirigir um cumprimento e um agradecimento especial à Direção da Porto Business School, não só pelo convite que me foi endereçado, mas também para realçar a qualidade e o reconhecimento nacional e internacional que os seus cursos e programas de formação para executivos têm merecido, e que são já uma referência no nosso panorama da formação.

Dirijo também um cumprimento especial a todos os diplomados desta noite, a quem desejo os mais sinceros votos de sucesso pessoal e profissional.

Estou profundamente convicto do contributo deste programa na formação de profissionais capazes de contribuírem ativamente para que os mercados financeiros sejam mais eficientes e transparentes. São igualmente de realçar as valências do programa em matéria de

compreensão e de gestão dos riscos base da atividade seguradora, competências indispensáveis no quadro de uma gestão sã e prudente das instituições.

Gostava, então, de aproveitar esta oportunidade para dedicar umas breves palavras aos desafios atuais e futuros que enfrentam – e preocupam – não só os operadores que atuam no setor segurador e dos fundos de pensões, mas também a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, enquanto autoridade responsável pela supervisão e regulação destes setores, à qual presido.

Desde logo, a fragilidade do ambiente macroeconómico atual continua a assumir um papel de destaque na perceção global dos riscos para o setor, que tem sofrido as consequências da crise.

Os seguros não vida, que apresentam tradicionalmente uma forte correlação com a evolução da economia, têm sido afetados pela redução generalizada do consumo privado, aumento do desemprego e dificuldades de financiamento e investimento do tecido empresarial nacional.

Por seu turno, nos últimos anos, os seguros de Vida têm-se caracterizado por variações significativas tanto nos níveis de produção como nos resgates, em grande medida explicadas pelas alterações no rendimento disponível das famílias e pela maior ou menor necessidade de captação de depósitos por parte das instituições bancárias, com evidente impacto nas estratégias comerciais, especialmente das empresas de seguros que integram grupos bancários.

Não obstante os sinais de retoma económica que têm vindo a ser observados desde 2014 e a melhoria generalizada dos indicadores macroeconómicos, as expetativas de evolução futura permanecem incertas e vulneráveis a choques externos.

Em segundo lugar, no atual contexto de baixa inflação e de fraco crescimento económico, as políticas monetárias acomodatórias levadas a cabo por vários bancos centrais têm conduzido a um ambiente prolongado de baixas taxas de juro. O impacto da manutenção deste cenário por um período alargado no contexto do setor segurador poderá fazer-se sentir em duas vertentes.

Por um lado, ao nível dos produtos em carteira, aumentam as pressões associadas à capacidade de gerar rendimentos que assegurem o pagamento das garantias contratualizadas.

Por outro lado, ao nível da comercialização de novos produtos – e mesmo com um correto ajustamento entre ativos e passivos e com a previsão de mecanismos de adaptação das garantias contratualizadas às condições de mercado –, o estreitamento das margens pode levar a que a rentabilidade fique aquém da necessária para suportar a estrutura operacional das empresas.

Sobre este ponto, parece-me pertinente fazer uma referência aos resultados do exercício europeu de *Stress Test*, publicados no final de 2014, e no qual ficou também patente a relevância deste risco para o setor, a nível europeu.

Outro aspeto relevante que decorre deste ambiente prolongado de baixas taxas de juro, prende-se com a emergência de comportamentos de procura de alternativas de investimento que proporcionem aos investidores rendibilidades mais elevadas, com a correspondente tomada de risco financeiro – os chamados comportamentos de *search for yield*.

Estes movimentos de procura de rentabilidade manifestam-se na reafetação das carteiras dos investidores para ativos de maior risco, na procura de opções para fazer face às responsabilidades assumidas, nomeadamente nos produtos com garantias de capital e de taxa.

Esta procura por rendibilidade tem conduzido a uma diminuição generalizada dos prémios de risco, cuja reversão abrupta poderá desencadear consequências significativas, particularmente ao nível da desvalorização e da redução da liquidez dos ativos em carteira.

Não posso deixar de salientar também os riscos associados à concentração dos investimentos num número reduzido de emitentes ou grupos económicos.

Recordo que o último Estudo de Impacto Quantitativo Nacional, cujos resultados foram também publicados no final de 2014, foi demonstrativo do peso que o novo regime de solvência para o setor segurador atribui a estes riscos. Importa pois, proceder a uma cuidada diversificação e dispersão das carteiras, pedra basilar de qualquer gestão prudente de investimentos, atendendo também aos relativamente elevados requisitos de capital que serão exigidos às empresas de seguros para fazer face ao risco de concentração, conforme previsto no futuro regime de solvência, em vigor em pleno já a partir do início do próximo ano, e sobre o qual irei tecer algumas considerações mais à frente.

Finalmente, gostaria de destacar a importância para a estabilidade do setor da gestão dos riscos conexos ao sistema de governação das empresas, em particular no que respeita aos requisitos de qualificação profissional, conhecimentos, experiência, reputação e integridade das pessoas que desempenham funções chave, bem como à implementação de adequados mecanismos de governação, incluindo robustos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Com efeito, a existência de um sistema de governação eficaz, que garanta e suporte uma gestão sã e prudente das atividades das instituições, tem ganho notoriedade nos tempos recentes, em grande medida pela perceção de que as falhas nestes mecanismos são o denominador comum para muitos dos episódios que se têm assistido no setor financeiro nacional e internacional desde o início da crise financeira.

É neste contexto de constante mutação do panorama do setor e dos riscos e desafios que enfrenta, que a Análise Financeira assume primordial importância.

Fazendo uma retrospectiva, há 10 anos atrás poucos conceberiam a probabilidade e severidade da ocorrência do tipo de eventos que se observaram desde o início da crise financeira, começando pela crise do *subprime* até à queda de instituições que antes se acreditavam infalíveis, passando pela crise de liquidez e pela crise da dívida soberana da zona Euro.

As fronteiras do setor financeiro são cada vez mais ténues e as suas interligações cada vez mais complexas.

Por sua vez, as mudanças estruturais na arquitetura institucional de supervisão e de regulação a nível europeu, bem como nos próprios regimes de solvência do setor financeiro, vêm colocar desafios acrescidos a todos os operadores que importa acompanhar.

Neste contexto, é de salientar também a vocação internacional do curso, facto que é da máxima importância atendendo à globalização e ao aumento da complexidade e da sofisticação dos produtos e mercados, fatores que caracterizam presentemente as operações financeiras na arena internacional.

Um dos expoentes máximos destas transformações no enquadramento do setor financeiro e, concretamente no setor segurador é, inegavelmente, o desenvolvimento do regime de Solvência II, pelo que não poderia terminar a minha intervenção sem tecer algumas considerações a seu respeito.

Como é sabido, encontramos-nos em plena fase final da preparação para a introdução deste regime de solvência, o qual resulta de uma revisão global e profunda do quadro de

regulação e supervisão do setor segurador, com impactos consideráveis na gestão e planeamento do negócio, assim como na definição das estratégias dos operadores.

Tendo como objetivo primordial a proteção dos tomadores de seguros, pessoas seguras e beneficiários, este regime visa a promoção de uma cultura de gestão do risco nas várias funções das empresas, sendo corolário o incremento da sensibilidade dos requisitos de capital aos riscos efetivamente assumidos pelos operadores, numa base prospetiva.

Simultaneamente, estabelece mecanismos com vista à convergência de práticas entre supervisores e empresas de seguros no espaço europeu e à criação de igualdade nas condições de concorrência para os participantes no mercado, bem como ao reforço da transparência e da disciplina de mercado.

Este regime vem, pois, estabelecer uma abordagem holística dos riscos assente em três pilares: requisitos quantitativos, sistema de governação e divulgação de informação.

As suas pedras basilares são a avaliação de ativos e passivos com base em princípios económicos sólidos, o cálculo de requisitos de capital sensíveis aos riscos, o princípio do gestor prudente nos investimentos, a existência de um sistema de governação eficaz, a autoavaliação pela empresa do risco e da solvência, a divulgação de informação ao mercado de uma forma transparente e harmonizada e um processo de supervisão orientado para o risco.

No que respeita especificamente aos investimentos, o princípio do gestor prudente assenta na liberdade, mas também na responsabilidade, ou seja, não são definidos critérios e fronteiras rígidas de elegibilidade para certos tipos de ativos, mas está subjacente o princípio geral de investimento exclusivo em ativos e instrumentos cujos riscos as empresas possam identificar, mensurar, monitorizar, gerir, controlar e comunicar adequadamente.

E, nesta matéria, a análise financeira assume um papel fundamental.

Transversal a todo o regime é também o respeito pelo princípio da proporcionalidade, assente na natureza, dimensão e complexidade dos riscos, isto é, o regime Solvência II não deve ser demasiadamente oneroso para empresas de seguros com perfil de risco reduzido, da mesma forma que os operadores expostos a maiores níveis de risco, estarão também sujeitos a maiores exigências.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões tem mantido uma participação muito ativa nos trabalhos inerentes à implementação do regime "Solvência II", quer a nível nacional, quer internacional, facto que muito nos orgulha.

A nível nacional, não posso deixar de destacar a realização regular de estudos de impacto quantitativo, abrangendo a totalidade do setor segurador português supervisionado.

Estes exercícios tiveram por principal objetivo a avaliação do impacto, em termos de requisitos quantitativos, da introdução do regime Solvência II, com a identificação, de forma atempada, das áreas de vulnerabilidade do setor, quer ao nível de necessidades de capital e/ou de redução dos riscos, quer da capacidade de concretização dos cálculos de uma forma robusta, consistente e fiável, por parte dos operadores.

No que concerne aos resultados do último exercício, do qual há pouco fiz menção, para o conjunto do mercado segurador português ficou claramente demonstrada a preponderância dos riscos de mercado na composição global dos requisitos de capital, assumindo-se este módulo como o mais representativo face aos demais.

Tal é demonstrativo do papel de grande investidor institucional que o setor assume. Também neste âmbito se torna evidente a relevância de conhecimentos técnicos, profundos e rigorosos no domínio da análise financeira para enfrentar os desafios do setor.

Para finalizar, e na contagem decrescente para a introdução em pleno deste regime já a partir do próximo ano, deixo apenas uma breve nota sobre o esforço conjunto do setor nesta fase de transição, e que impacta aos vários níveis da organização.

Nesse sentido, as empresas de seguros devem dotar-se dos meios técnicos e humanos que lhes permitam fazer face a esta nova realidade.

É, pois, com bastante agrado que constato a especial preocupação do currículo do Curso de Pós Graduação em Análise Financeira com as questões relacionadas com a análise, compreensão e gestão do risco, sendo inegável o papel fulcral de que se revestem estas atividades para a assimilação dos desafios atuais e das perspetivas de futuro do setor financeiro em geral.

Não posso deixar de referir que a importância demonstrada dentro do setor financeiro pelo setor segurador e de fundos de pensões, como estabilizador da economia, como investidor institucional e como gestor de poupanças, justifica que as matérias de seguros e pensões encontrem espaço no Curriculum deste curso.

Como Presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões estou disponível para dar o contributo nesse sentido.

Termino a minha intervenção, agradecendo uma vez mais o convite para a participação nesta cerimónia, reiterando os meus votos de sucesso pessoal e profissional aos diplomados desta noite, e de continuação do excelente trabalho levado a cabo pela direção da Porto Business School.

Muito obrigado a todos e continuação de boa noite